REVISTA MACAMBIRA
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 1. Número 1. Janeiro a junho de 2017.

INOVAÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O TERRITÓRIO VELHO CHICO (BA) AMPARADOS NA AGROECOLOGIA E NA INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA

Davi Silva da Costa
Engenheiro Agrônomo (UFBA), Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (UFPB), Mestre em Cultura e Sociedade (UFBA), Doutor em Ciências Sociais – Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Professor do IF Baiano, Pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial (LaPPRuDes).
E-mail: davi.costa@serrinha.ifbaiano.edu.br.

Heron Ferreira Souza
Licenciado em Geografia (UNEB). Mestre em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC/UNEB). Doutor em Educação – Políticas, Administração e Sistemas (Unicamp). Professor do IF Baiano. Pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial (LaPPRuDes).
E-mail: heron.souza@serrinha.ifbaiano.edu.br.

ARTIGO

Recebido: 14 de março de 2017 Aceito em 11 de junho de 2017

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar uma reflexão acerca de processos de intervenção participativos, desenvolvidos por estudantes de Pós-graduação em Inovação Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia, no Território Velho Chico, Bahia. Os processos de mediação e inter-relações estabelecidos com os sujeitos sociais e instituições são provocados a partir da concepção sobre modos de vida que preconizem os modos de vida tradicionais e a agroecologia como um elo para a revalorização de práticas e saberes.

Palavras-chave: Agroecologia. Intervenção participativa. Inovação social.

ABSTRACT: This article want to present a reflection about participatory intervention processes developed by students of Postgraduate in Social Innovation with emphasis on Solidary Economy and Agroecology in the Velho Chico Territory, Bahia. The processes of mediation and interrelationships established with social subjects and institutions are provoked from the conception of ways of life that preach the traditional ways of life and agroecology as a link for the revaluation of practices and knowledge.

Keywords: Agroecology. Participatory intervention. Social innovation.

ASPECTOS INICIAIS

Este artigo se coloca no orbe da reflexão analítica e no relato de experiências, equanimente. Compreendemos que a experiência empreendida pela turma de pós-graduandos em Inovação Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia, no IF Baiano *Campus* Bom Jesus da Lapa, Bahia, apresenta uma importante narrativa acerca da agroecologia enquanto modo de vida e proposta de envolvimento dos sujeitos.

Nesse sentido, este artigo intuitivamente abordará essas narrativas. Objetivamos contribuir para o debate científico acerca da intervenção, com seu caráter inovador e motivador de ações concretas, estabelecidas sob um marco analítico e propositivo, amparados em um contexto que é percebido, debatido e (re)planejado.

Tal contexto se relaciona com o início desse curso de pós-graduação, cuja ferramenta metodológica e concepção de formação dos(as) estudantes[1] deveriam, obrigatoriamente, articular-se com a pesquisa-ação. Vindos de diversos municípios do Território Velho Chico, e também de fora dele, as propostas traziam demandas surgidas *no* e *para* o semiárido baiano. Destarte, essas propostas advinham de diálogos pré-estabelecidos e do levantamento de demandas para a intervenção com a temática da agroecologia e da economia solidária.

Inicialmente, nos projetos enviados para a seleção, as propostas de intervenção traziam as dimensões da organização socioprodutiva, da valorização de saberes populares, mas, sobretudo, na mediação dos sujeitos sociais com políticas públicas. Outra questão importante é que essas propostas se relacionavam com o histórico profissional dos estudantes e surgiram, em sua maioria, de uma convivência já estabelecida com/nas comunidades rurais e com os sujeitos que participariam desse processo que previa duração de dezoito meses.

Ainda tratando do perfil, inúmeros estudantes já possuíam atuação profissional e/ou militância na agroecologia e economia solidária, trazendo para o processo de formação e de intervenção um amplo repertório político, de conhecimentos e de motivações, de modo que a intervenção era uma possibilidade de aliar a política com a formação acadêmica e, ao mesmo tempo, um dever e um desafio pessoal. Assim, o agrupamento de estudantes recém-formados com uma professora de uma Escola Família Agrícola, uma técnica de uma Secretaria de Governo, um assessor parlamentar, o gestor do Colegiado Territorial, a gerente da instituição

[1] Os estudantes possuem diversas formações em nível de graduação, como a Engenharia Agronômica, Zootecnia, Pedagogia, Letras, Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social, Geografia, Agroecologia, Gestão Ambiental e Ciências Biológicas.

de extensão rural do estado, assessoras do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) e militâncias quilombolas trouxeram, para os momentos de aula e para as trocas nas intervenções, uma grande riqueza de perspectivas de compreensão sobre o tema e sobre as realidades.

A implicação característica da pesquisa-ação, dialogada e desenhada pelos estudantes com os grupos sociais, compreende o fazer científico-tecnológico também como um ato social e político. Em linhas gerais, para Barbier (2007, p. 101), a implicação enquanto "engajamento pessoal e coletivo do pesquisador, em e por sua práxis científica" poderia ser analisada a partir da "vida psicoafetiva do sujeito", sua "constituição histórico-existencial" e por sua "inserção estruturo-profissional". Atualmente, para o autor, implicação significa "o sistema de valores últimos (os que o ligam à vida), manifestados em última instância, de uma maneira consciente ou inconsciente, por um sujeito em interação na sua relação com o mundo, e sem a qual não poderia haver comunicação" (BARBIER, 2007, p. 202).

Nesse contexto, como diria Paulo Freire (2001), não se pode falar em processos educativos (ou de construção de conhecimento pelo paradigma da Pesquisa-Ação) alheios aos pressupostos político-ideológicos – da opressão ou da libertação. Sendo assim, ou se reforça processos de opressão ou se constroem processos emancipatórios, criativos, para tomada de consciência e de estruturação das lutas, sinergias e estratégias de cooperação e de alternativas sustentáveis e sustentadas de reprodução digna da vida humana. Essa implicação não significa descuido com o fazer ciência, pelo contrário, como afirma El Andaloussi (2004, p. 120-125), a implicação não pode traduzir-se em militantismo, mas, ressalvados os cuidados metodológicos entre o fazer pesquisa e o fazer ação, o ato de "implicar" e "implicar-se" revela engajamento e explicação do processo. Logo, explicita o cuidado com a pergunta: para que serve o conhecimento técnico-científico produzido? A quem servimos com esse modo de produção do conhecimento? (FREIRE, 2001; EL ANDALOUSSI, 2004).

Por fim, o contexto de intervenção apresentou grande diversidade: quilombos, assentamentos rurais, comunidades ribeirinhas, comunidades rurais, escolas do campo, bancos comunitários, centro de economia solidária, escola família agrícola, associações de mulheres e cooperativas.

O PONTO DE PARTIDA: A INOVAÇÃO SOCIAL E A INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA

O contexto atual do capitalismo põe em questão o modelo de desenvolvimento adotado pelos países e governos – que consequentemente refletem o papel da ciência e da tecnologia –, as relações entre capital e trabalho, a insustentabilidade ambiental crescente, a reprodução do desemprego estrutural e em massa, entre outros. Nesses termos, tomando de empréstimo a concepção schumpeteriana de Inovação, tem-se a disseminação da ideia de Inovação Social, inclusive pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Esse conceito está calcado na concepção de estruturação de arranjos sociais de caráter alternativo, resultado do esforço de organização coletiva da produção. Trata-se de arranjos que envolvem as relações entre os atores territoriais (governo e grupos sociais / empreendimentos) (FLEURY, 2001).

Na mesma medida, Dallabrida e Fernández (2008) entendem que o processo de desenvolvimento territorial, impulsionado pela inovação (social), seria resultado das aprendizagens coletivas, porém dependentes de duas variáveis: a) "qualidade e densidade das instituições" e; b) "das formas coletivas de cooperação local" (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008, p. 40). Portanto, a "Inovação social, nesse contexto, é entendida como a utilização de tecnologias que permitam promover a inclusão social, geração de trabalho, renda e melhoras nas condições de vida" (FARFUS; ROCHA, 2007).

Com isso, pensar a inovação social no contexto da relação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), em que se delineiam intrinsecamente os pressupostos da agroecologia e das tecnologias sociais, assenta-se no entendimento do "fenômeno científico-tecnológico no contexto social, tanto em relação com seus condicionantes sociais como no que se refere a suas consequências sociais e ambientais" (CEREZO, 2000, p. 1).

Desse modo, as tecnologias sociais buscam a construção social do conhecimento com vistas a atender as problemáticas específicas de grupos sociais envolvidos. Considerando seu caráter particularizado segundo os diferentes contextos locais, culturais, sociais, ambientais, articula-se a ideia de inovação. Assim, Dagnino e Gomes (2000) ao fazerem referência a efetividade dos processos constitutivos do conhecimento – considerando seu aspecto interacionista, dialógico, por meio da satisfação das latentes necessidades das coletividades, grupos sociais –, afirmam haver uma aproximação do conceito de TS ao de inovação social.

Para Dallabrida e Fernández (2008, p. 48), o conceito de inovação reflete "a capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas

do presente", denotando "processos de aprendizagens coletivas" ((DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008, p. 40). Dagnino (et al, 2004, p. 35), contribuem para a discussão, afirmando que o conceito de inovação social refere-se "a um distinto código de valores, estilo de desenvolvimento, 'projeto nacional' e objetivos de tipo social, político, econômico e ambiental".

É, pois, através da consideração das tecnologias sociais enquanto enfoque tencionador da produção de conhecimento científico-tecnológico, calcado no construtivismo social ou na construção social da tecnologia, que se entende e concebe a Agroecologia.

Para muitos agricultores a agroecologia ainda apresenta como nova e/ou desconhecida. Explicada enquanto uma ciência em construção, que pode ter sua base epistemológica, segundo Carmo (2008), numa visão integradora e sistêmica do estudo da realidade, no aporte das experiências de distintos atores sociais que interagem ativamente com os recursos naturais, a diversidade de experiências e os conhecimentos de grupos culturais, presentes nas agriculturas locais, tendo o etnoconhecimento um papel central na geração de tecnologias.

Ainda tomando como base os estudos de Carmo (2008, p. 38):

> A agroecologia pode ainda não está completamente revestida de uma força transformadora da realidade contemporânea, mas não restam dúvidas quanto ao seu potencial político como bandeira de luta de movimentos sociais e de segmentos expressivos da sociedade como os intelectuais, estudantes, professores e agentes mediadores do serviço público. Essa potencialidade está no campo de conhecimento aberto para transformar a base produtiva, por meio da ação social coletiva, e com isso reconstruir o curso deformado da coevolução social e ecológica da civilização contemporânea.

Salientamos, nessa perspectiva, que a ação coletiva em agroecologia constitui uma plataforma sólida para a transformação dos condicionantes estruturais que sustentam o panorama não viável da sustentabilidade no processo sócio produtivo no campo, uma vez que promove:

> Este processo de construção social do conhecimento e da inovação agroecológica opera como um sistema de interrelações, no qual são reproduzidas e atualizadas as relações cooperativas e de reciprocidade. Dessa forma, os padrões de interação entre atores sociais tendem à cooperação e os espaços sociotécnicos criados permitem avanços consideráveis, no sentido da participação e do empoderamento dos agricultores sobre a organização da produção e social dos assentamentos. (GUTIÉRREZ, 2012, p. 19)

Em síntese, a agroecologia, enquanto pressuposto norteador dos processos de inovação social, direciona as práticas de pesquisa-ação como intervenção participativa.

Ressalta-se aqui que a concepção de intervenção não está calcada em sua acepção pejorativa, fruto do contexto político-histórico vivido pelos países latino-americanos sob a égide dos regimes ditatoriais, mas, caracteriza-se pelos valores democráticos – liberdade e participação (DIONNE, 2007).

A intervenção participativa calcada na ação-reflexão geradora de "conhecimento circular", no sentido da dialogicidade entre o saber-fazer (científico) e fazer-saber (tácito, tradicional, empírico), tem como princípios fundantes:

1) O re-conhecimento do(s) outro(s) como sujeitos produtores de ação e de reflexão. As pessoas não são consideradas como objeto de pesquisas, mas, co-autores, à medida que é restituída sua dignidade humana. Como afirma El Andaloussi (2004, p. 81): "o respeito e a emancipação da pessoa humana são direitos fundamentais, tanto na pesquisa quanto na ação: a pesquisa não se faz sobre pessoas, mas com elas. Com a pesquisa-ação, inicia-se uma nova ética".

2) O diálogo como troca de saberes, "escuta sensível" (BARBIER, 2004), ato de conhecer com o outro, a partir dos sentidos atribuídos aos fatos, fenômenos, processos, coisas e objetos.

3) A criatividade que restitui o gênio ou a capacidade inventiva do ser humano para resolver seus problemas cotidianos, porém, impulsionada pela emergência do olhar curioso, reflexivo, problematizador, experimentador e crítico. Como explica Furtado (2008), representa a libertação do ato de pensar e fazer da dependência dos pressupostos científico-tecnológicos da sociedade moderna calcada na ideia de progresso.

4) A problematização da realidade, enquanto processo pedagógico formativo e multidimensional (econômico, político, social, cultural, ambiental e tecnológico), consiste em questionar o contexto vivido a partir de um olhar apurado, atento aos jogos de poderes e interesses, aos limites e condicionantes instituídos na realidade social vivida.

5) O mapeamento das possibilidades de soluções para os problemas concretos vividos a partir de um processo dialógico. Nesse momento, faz-se crucial o diálogo de saberes (científicos e tácito/empírico/tradicional) para a construção coletiva da proposta a ser experimentada.

6) A avaliação entendida, não como alcance de metas, mas como exercício auto-reflexivo do ato de "caminhar com", "de fazer com", "de pensar com", "de construir

com" os outros. Avaliação enquanto exercício vigilante do fazer pesquisa e intervenção como processo democrático, horizontalizado e ético.

De modo geral, a inovação social e a pesquisa-ação (intervenção participativa) trazem como possibilidade implícita a racionalidade substantiva do desenvolvimento autêntico desejado pelos sujeitos sociais em seus diferentes contextos vividos, pois esse desenvolvimento não é resultado de imposição, receituário ou transposição de modelo. Pelo contrário, é a síntese de um processo educativo que trans-forma os sujeitos envolvidos, capaz de quebrar processos de dependência, destravar a criatividade humana, construir sinergias, laços e redes.

O LUGAR DA AGROECOLOGIA NOS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO VELHO CHICO

Para situar a presente reflexão sobre a Agroecologia nesse percurso, compreendemos que no contexto do semiárido, mais precisamente do Território Velho Chico, há uma significativa diversidade de práticas, sentidos e processos que compõem a produção agropecuária e o extrativismo. A convivência com o Rio São Francisco, a proximidade com o cerrado (sul do Território), a caatinga e suas características, fazem parte dos múltiplos contextos naturais os quais as famílias de agricultores enfrentam. Por esse motivo, não podemos esperar uma "unidade agroecológica", pois cada contexto, vivência e experiência formulam os pressupostos que a agroecologia se apresenta. Entendemos que no início desse processo, a noção de apropriação (relações de uso) acerca da ação ecológica atenda melhor às percepções. A agroecologia surgirá a partir da construção, ela não é uma noção dada, é uma construção dialogada/problematizada/significada que, inclusive, constitui-se como foco da intervenção, a formação para a transição agroecológica.

Assim, pressupomos que nesse início ocorreu um tensionamento entre as práticas ecológicas desenvolvidas pelas famílias ou grupos e o aprofundamento da agroecologia enquanto noção sistêmica, além de possibilitar a troca de experiências e a apresentação de alternativas e ferramentas com vistas à potencialização das práticas internas. Concordamos com Schmitt (2016, p. 4), ao explicar que mesmo em regiões marcadas intensamente pelo processo de modernização capitalista da agricultura, "práticas de ajuda mútua e de intercâmbio de produtos, sementes e conhecimentos entre produtores familiares nunca desapareceram completamente".

O levantamento dessas práticas, a escuta e a sistematização dos saberes, o esquadrinhamento das relações foram o primeiro passo, i.e., a construção de um diagnóstico.

Amparado em processos e metodologias participativas, o objetivo nessa etapa era o de compreender as dinâmicas socioprodutivas e identificar quais processos de inovação poderiam ser desenvolvidos. Para essa formulação estratégica, o levantamento das redes colaborativas foi imprescindível, pois a autonomia e a articulação não podiam ser perdidas no horizonte. Essa proposta de incursão está resumida na Figura 1, abaixo:

Figura 1: Círculo metodológico com vistas à inovação social.



Elaboração: Os autores, 2016.

A interpretação acerca das práticas, da percepção sobre os desafios do cotidiano, das possibilidades de acesso a políticas públicas, da identificação de parceiros(as), formularam os caminhos e desafios do processo. Os objetos de intervenção mais recorrentes, surgidos da integração entre o primeiro projeto e a verificação a partir do diagnóstico, permearam a formação de bancos de sementes crioulas, o manejo ecológico de insetos, a formação agroecológica, o estímulo a promoção de espaços públicos de comercialização, a formação escolar (alunos, professores, familiares) para a produção e consumo agroecológico, o estímulo à construção de tecnologias sociais e a potencialização de sistemas de produção integrados à caatinga A interação entre demandas concretas e a disponibilização dos estudantes para o acompanhamento, motivação, execução e avaliação desses processos merecem destaque.

Seguindo esse caminho, estimulamos a construção de experiências, cujo estímulo reiterado à troca de saberes/conhecimentos e a reformulação de estratégias em sinergia com os sujeitos sociais são necessários. Essa tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, "que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da

realidade, para chegarmos a uma esfera crítica" e, dessa forma, torna-se inerente a assunção de "uma posição epistemológica" (FREIRE, 1980).

Ocorre que, sob essa perspectiva, cumprimos o objetivo principal dessa formação: a preparação de extensionistas que percebam a agroecologia como um processo. Integrar os saberes do agricultor com o conhecimento científico do extensionista pode ser a superação da lacuna que a extensão rural tradicional gerou, ou seja, o distanciamento da intervenção do extensionista com a realidade objetiva e subjetiva do(a) agricultor(a). Além da superação da hierarquia do saber científico, essa percepção e prática se colocam como importantes instrumentos para o desenvolvimento da Agroecologia os quais, segundo Caporal (1999), afirmam as bases desta na apropriação popular dos saberes, garantindo, assim, a perpetuação do conhecimento, bem como a sua valorização.

Estimulamos que os estudantes formulem mecanismos próprios para a superação desses desafios, pois, notadamente, a formação exige senso crítico sobre o repertório convencional de apropriação de ferramentas e na própria condução do processo. Algumas vezes, na verdade, o estímulo é para ser conduzido, especialmente, por outros estímulos, como dos sujeitos sociais.

Fazer extensão, na concepção agroecológica, torna-se muito mais difícil do que o tradicionalmente usado pelo fato de que, além de se modificar a forma de se relacionar com os agricultores, se necessita modificar a forma de fazer agricultura. Assim, em alguns momentos, frente às inúmeras dúvidas dos agricultores, o processo meramente substitutivo de técnicas tradicionais por técnicas mais ecológicas torna-se iminente uma questão a ser superada.

Nesse circuito de reelaborações, a inovação social emerge. Compreendemos e concordamos com Sevilla-Guzmán (2001) quando colabora com a construção sobre a agroecologia, para a qual "o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representem alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas surgidas de seu potencial endógeno". Esse potencial endógeno prescrito pelo autor representa, sob nossa ótica, o repertório necessário para as ações em inovação.

O autor ainda complementa que "tais propostas pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social" (SEVILLA-GUZMÁN, 2001, p. 11). Essa crise salientada pelo autor, no Território Velho Chico, se concretiza na atual situação de assoreamento, diminuição da

vazão, desmatamento às margens do rio São Francisco, o avanço do agronegócio da banana, a extração mineral e o próprio agravamento da seca que, a cada ano, revela aos sujeitos sociais mais dificuldades.

À baila desses desafios, Schmitt (2016, p. 6) provoca uma questão que se relaciona com os desafios elencados pelos estudantes, acerca das interfaces entre saberes populares e científicos. Segundo a autora, a construção dessa dialética deve valorizar:

> [...] o conhecimento produzido a partir de práticas concretas de manejo dos agroecossistemas em contextos sociais e ambientais específicos e a constituição de um campo do conhecimento que busca proporcionar "as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentável" é um processo complexo, que envolve pontos críticos de interseção entre distintas visões de mundo, implicando em *descontinuidades e assimetrias* em termos de valores, conhecimentos, interesse e poder entre os diferentes agentes envolvidos. (SCHMITT, 2016, p. 6, grifo nosso).

Em processos de intervenção da natureza, elaborados pelos estudantes, essas descontinuidades e assimetrias são percebidas e geridas. Coloca-se, nesse sentido, como um desafio para a intervenção de base agroecológica, enquanto abordagem teórico-metodológica que busca promover um "diálogo de saberes", construir um repertório teórico e prático ciente da existência dessa heterogeneidade do conhecimento, do potencial da agência humana e da complexidade das redes que dão suporte à produção e reprodução de determinados modos de organização da agricultura e do desenvolvimento rural.

É tencionada, nesse caso, a *relocalização* da produção de alimentos e toda a sua dinâmica, pois as intervenções, também estimuladas em redes de cooperação, conhecimento e ação coletiva, objetivam que os alimentos produzidos a partir dos processos de intervenção tenham características locais, e que, dessa forma, sejam valorizados pelos consumidores e pelo mercado institucional.

Ploeg (2008) salienta, sobre esse movimento de valorização local, a co-produção dos recursos naturais e sociais – característica da agricultura camponesa, bem como o desenvolvimento de formas locais e regionais de regulação dessas atividades –, como alternativa aos modos de organização da agricultura e da produção de alimentos promovidos pelas agroindústrias, pelos grandes supermercados e pelo Estado, marcados por formas sofisticadas de controle à distância e por uma separação crescente entre a atividade agrícola e os ecossistemas locais (PLOEG, 2008, p. 304).

Para Ploeg (2008), um dos elementos que caracteriza a agricultura camponesa é seu permanente esforço por produzir e reproduzir uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, por meio de um intercâmbio constante entre os seres humanos e a natureza

viva. O trabalho do camponês e de sua família não está orientado apenas para a produção de bens e serviços oriundos da atividade agrícola, mas, também, para a reprodução dos próprios recursos produtivos como a fertilidade do solo, as sementes, os animais e os processos naturais que garantem o abastecimento das fontes de água (PLOEG, 2008, p. 42). O controle e fortalecimento dessa base de recursos configuram-se, para os camponeses e agricultores familiares, como um processo de luta por autonomia, o que não se restringe ao espaço da unidade produtiva, mas envolvem relações que se estendem, inclusive, para além dos limites de sua comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas e resistências dos movimentos sociais, que encontraram espaço na agenda de governo dos últimos anos e se materializaram na forma de políticas públicas, têm impulsionado mudanças paradigmáticas significativas para o fortalecimento de práticas e experiências de sustentação econômica e sustentabilidade ambiental (SACHS, 2008), principalmente no que tange aos pressupostos da agroecologia. Porém, em ritmo mais lento, a formação científico-tecnológica precisa ser ressignificada, a fim de formar técnicos, extensionistas, assessores, especialistas e sujeitos locais capazes de implementar (executar) as políticas em curso voltadas à agricultura familiar e à agroecologia, ou mesmo fomentar dinâmicas locais autogestionadas.

Desse modo, a inovação social foi aqui compreendida no âmbito da racionalidade substantiva calcada em valores que denotam um projeto social de desenvolvimento autêntico (não entendido como crescimento econômico pura e simplesmente, mas como garantia de direitos, condições e oportunidades que ampliem as capacidades e a criatividade humanas em torno de um projeto coletivo emancipatório, democrático, socialmente justo e ambientalmente sustentável).

A ideia de inovação, relacionada à ampliação das capacidades e da criatividade, não tem vinculação com o paradigma neoliberal, no qual cada sujeito é único responsável por seu sucesso, mas está ancorada na necessidade de superação da relação entre criatividade e dependência de Furtado (2008), em que é preciso suscitar as "sinergias" (BOISIER, s/d) dos atores sociais, territoriais, das pessoas, "para processos de aprendizagens coletivas" (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008) e/ou caracterizadas por uma endogeneidade técnico-científica que seria entendida pela apreensão do conhecimento científico-tecnológico e posterior adequação ao contexto socioambiental.

Assim, os processos pedagógicos/formativos (ação/reflexão) dos estudantes engajados na Inovação Social no Território Velho Chico demonstram o efeito transformador das realidades vividas a partir das ações socialmente construídas, incorporam estratégias alicerçadas em modos de vida cujo cotidiano, amparado na agroecologia, processualmente se constrói e evidenciam a ciência como produto-processo em seu caráter descolonizador e emancipatório.

REFERÊNCIAS

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em direção à extensão rural do futuro: Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: BRACAGIOLI NETO (Org.) **Sustentabilidade e Cidadania:** O papel da extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. p. 119-171.

CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar. **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária**. Dezembro de 2008.

CEREZO, J. LOPEZ. Ciencia, tecnología y sociedad: el estado de la cuestión en Europa y Estados Unidos. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 18, 2000.

DAGNINO, Renato et al. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JR, Antonio E. et al. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004

DAGNINO, R.; GOMES, E. Sistema de inovação social para prefeituras. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO. **Anais…** São Paulo, 2000.

DALLABRIDA, Valdir Roque; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. **Desenvolvimento Territorial**: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local.** Tradução Michel Thiolent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

El ANDALOUSSI, Khalid. **Pesquisas-ações**: ciências, desenvolvimento, democracia. Tradução de Michel Thiolent. São Carlos: EdUFSCAR, 2004.

FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza. Inovação Social: um conceito em construção. In: FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza; CARON, Antoninho. et al.. **Inovações Sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007.

FLEURY, S. Observatório da inovação social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9, 2001, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2006.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na civilização industrial.** São Paulo: Cia das Letras, 2008.

GUTIERREZ, Luis Alejandro Lasso. **Agroecologia e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária**: ação coletiva e sistemas locais de conhecimento e inovação na região metropolitana de porto alegre. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, vol. 2, n. 1, jan./mar. 2001.

SCHIMITT, Cláudia Job. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural**: um olhar a partir da experiência brasileira. Disponível em: <https://www.macroprograma1.cnptia.embrapa.br/agroecologia/programa-de-formacao-textos-de-apoio/programa-de-formacao-textos-de-apoio/transicao-agroecologica-e-desenvolvimento-rural/at_download/file> Acesso em: 25 jan. 2016.